



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0013828-43.2021.6.05.8000
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS DATA FIM DE VIGÊNCIA 22/07/2022
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 22/07/2022
SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS DATA FIM DE VIGÊNCIA 22/07/2022
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DATA FIM DE VIGÊNCIA 22/07/2022
ASSUNTO :

DECISÃO nº 2774784 / 2024 - PRE/DG/ASSED

1. Trata-se de procedimento licitatório para contratação de pessoa jurídica, cujo objeto social contemple a execução de serviços na área de arquitetura e/ou engenharia, para prestação de serviços técnicos especializados ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), com cessão de mão de obra residente, por meio da alocação de 8 (oito) postos de trabalho ocupados por profissionais da área de arquitetura e/ou engenharia, para desempenho de atividades de análise, elaboração e/ou desenvolvimento, detalhamento e compatibilização de projetos; análise e elaboração de orçamentos; execução, acompanhamento e/ou fiscalização de obras e serviços de engenharia e análise e/ou elaboração de laudos e pareceres técnicos, abrangendo, ainda, a prestação de consultorias técnicas e de outros serviços técnicos eventuais, conforme Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2023, documento n.º 2438434.

2. Adoto como relatório, os pareceres ASJUR1n.º 162 e ASSED n.º 37, documentos n.ºs 2765002 e 2774067.

3. Mediante opinativo de n.º 162, documento n.º 2765002, a ASJUR1 opinou objetivamente pela anulação do certame, concluindo:

(....)

Ante todo o exposto, opinamos objetivamente pela anulação do Pregão nº 21/2023, com base no artigo 49, da Lei nº 8.666/93, em razão de ter sido incluída

condição restritiva no ato convocatório (*condição 12.1.7.1, alínea "b.7"*), que pode ter ocasionado o afastamento de outros interessados em acorrer ao

certame, e que eventualmente estariam aptos à contratação, se a exigência tivesse sido formulada em termos diversos.

(...)

4. Após análise do procedimento e com base no opinativo jurídico, a ASSESD submeteu à apreciação, documento n.º 2774067.

5. Isto posto, acolho os pareceres da Assessoria Jurídica de Licitações e Contratos e da Assessoria Especial da Diretoria-Geral, documentos n.ºs 2765002 e 2774067, cujas razões adoto e passam a integrar a presente decisão, para, com fundamento no art. 49 da Lei 8.666/93, anular o procedimento licitatório, considerando que o Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2023 encontra-se eivado de vício insanável, consubstanciado na exigência de condição restritiva no ato convocatório (*condição 12.1.7.1, alínea "b.7"*), que possivelmente ensejou o afastamento de licitantes do certame, comprometeu a competitividade e o julgamento objetivo.

6. Ao NUP, para ciência e divulgação.

7. Simultaneamente, encaminhe-se à unidade demandante(SGS/COMANP/SEPROB), para conhecimento e providências, observando as recomendações da ASJUR1 no opinativo de n.º 162.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 22/04/2024, às 14:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2774784** e o código CRC **0F0C7E18**.